



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: ESTARIAM OS PROFESSORES PARTICIPANDO DA SUA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO?

Adriana Correia da Luz ¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo conceituar o que é um Projeto Político Pedagógico (PPP), a importância de ele ser construído de forma participativa, trazendo para a discussão o que autores como Ilma Passos Veiga e Celso Vasconcelos trazem sobre o assunto. Para contextualizar foi realizada uma pesquisa aplicada, descritiva, com procedimento de levantamento por meio do uso da ferramenta Google Forms onde participaram na pesquisa 43 (quarenta e três) professores que atuam na educação básica em escolas públicas e privadas de Pernambuco. Os professores foram indagados sobre a existência de PPP nas escolas onde atuam, sobre a participação deles na sua construção, acompanhamento e avaliação, além de indagar sobre se houve adequações dos PPPs para atender as demandas surgidas no período da pandemia e implantação de ensino remoto em algumas escolas. Observa-se com a pesquisa que 77% dos entrevistados afirmam que as escolas onde atuam possuem PPP, porém 16% deles não souberam informar se a escola possuía. Apenas 28% dos entrevistados afirmaram que participaram da construção do projeto e somente 7% dos entrevistados afirmaram que houve adequação do PPP para atender as demandas surgidas devido à pandemia.

Palavras-chave: Projeto político-pedagógico, professores, pandemia, participação.

INTRODUÇÃO

Por séculos, a humanidade já presenciou diferentes tipos de educação e de práticas pedagógicas. Independente da prática desenvolvida ao longo dos anos todas elas servem a alguma proposta de entendimento acerca do mundo e da sociedade que se deseja ter, do homem que se deseja formar, os objetivos educacionais propostos, bem como, as estratégias adotadas nesse processo educacional para se alcançar o que se almeja. É necessário refletir, planejar, definir, acompanhar e avaliar quais as estratégias precisam ser adotadas para se chegar onde deseja enquanto instituição escolar. O Projeto Político Pedagógico (PPP) vêm como instrumento para organizar e formalizar os itens citados acima. Ele é o principal instrumento de planejamento e organização do trabalho pedagógico. Sendo o PPP o norteador

¹ Graduada do curso de Pedagogia, pós-graduada em Gestão de Programas e Projetos Sociais pela UNICAP-PE, pós-graduando em Gestão Educacional e Coordenação Pedagógica pela UPE-PE. Atualmente ocupa o cargo de superintendente de prevenção, articulação e projetos estratégicos na Secretaria Estadual de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas no Governo de Pernambuco, adrianacl07@gmail.com.



do trabalho pedagógico escolar, é primordial que ele seja construído de forma participativa, tanto por membros da comunidade escolar, como da comunidade local.

Gadotti (1994), afirma que “A autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu projeto político-pedagógico”. A participação na elaboração do PPP perpassa pela prática da gestão democrática, sem gestão democrática dificilmente haverá a construção de um PPP de forma participativa. Os professores são importantes atores nessa construção, já que diretamente eles desenvolvem o trabalho pedagógico junto aos estudantes. Não é raro ouvir professores darem respostas negativas quando indagamos acerca da existência de PPP na escola que atuam, se participaram da sua construção, se têm acesso a ele, se participaram de algum momento de avaliação.

Considerando essa discussão por meio de pesquisa qualitativa descritiva e procedimento de coleta de dados, por meio de formulário com perguntas fechadas e abertas que decidimos ouvir professores da educação básica de escolas públicas e privadas que atuam em Pernambuco. Além de compreender o contexto de atuação desses profissionais com a caracterização do perfil dos mesmos, foram realizadas 07 (sete) perguntas a 43 (quarenta e três) professores sobre a existência de PPP nas escolas onde atuam, sua participação na elaboração, acompanhamento e avaliação, além de indagar sobre adequações do PPP nesse período de pandemia que atendesse as demandas de aulas remotas que foram implantadas em muitas escolas.

Observou-se com a pesquisa que 77% dos entrevistados afirmaram que as escolas onde atuam possuem PPP, porém 16% deles não souberam informar se a escola possuía. Apenas 28% dos entrevistados afirmaram que participaram da construção do PPP e somente 7% dos docentes ouvidos afirmaram que houve adequação do PPP para atender as demandas surgidas devido à pandemia.

Os dados destacados acima vislumbram que apesar da discussão constante sobre a importância do PPP ser construído de forma participativa e democrática, a realidade difere dessa discussão. Os professores mesmo sendo essenciais no desenvolvimento do trabalho pedagógico muitos ainda não têm participado da elaboração do PPP, além de muitos também não terem acesso. Apenas 49% dos entrevistados afirmaram ter acesso ao PPP da escola.

O tema abordado sempre foi crucial no meio educacional, mas nesse cenário de pandemia ele emerge de forma mais expansiva, com a adoção das aulas remotas, algumas práticas e procedimentos pedagógicos precisaram ser revistos, entre eles, o canal de comunicação entre alunos e professores, disponibilização de material, os meios de avaliação



acerca do desempenho dos alunos e dos professores, o envolvimento das famílias dos alunos nas atividades escolares, carga horária, horário escolar, frequência escolar, entre outros itens. Mas, o que isso tem haver PPP? Talvez seja uma pergunta que você esteja se fazendo. E bom que está se indagando. Concebendo que o PPP é o principal instrumento de planejamento e organização do trabalho pedagógico, se observa que os itens citados acima precisam ser revistos nesse período de pandemia e adoção de aulas remotas, já que integram o PPP, assim, eles não podem estar desassociados dessa discussão.

Destaca-se com isso que qualquer alteração que implique na modificação do planejamento e da organização do trabalho pedagógico precisa passar pela discussão do PPP, de visitar o que tem previsto nele, de estudar o contexto atual apresentado (nesse caso a pandemia), discutir e refletir quais adequações precisam ser realizadas (sempre de forma coletiva), realizar a tomada de decisão após reflexão, formalizar essas alterações, planejar e colocar em prática o novo PPP, por fim, avaliá-lo, sendo essencial à participação dos professores nesse processo.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi de natureza aplicada e descritiva. Os métodos utilizados foram de abordagem mista, ou seja, qualitativos e quantitativos.

Quanto aos procedimentos a pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, através da leitura de artigos e livros de autores como, Ilma Passos Veiga e Celso Vasconcelos.

Além disso, foi utilizado o procedimento de levantamento, onde houve a aplicação de questionários para 43 (quarenta e três) professores que atuam na educação básica no território pernambucano nas redes pública e privada.

O questionário foi construído utilizando a ferramenta Google Forms e compartilhado através do aplicativo de whatsapp, considerando que o período da pesquisa foi entre as datas de 05/06/2020 até 23/07/2020 onde havia indicação por decreto estadual de manter distanciamento social devido ao cenário de pandemia. Foram coletadas 43 (quarenta e três) respostas que serão apresentadas no item *Resultados e discussão* deste artigo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento (documento) que reflete a proposta educacional da escola, é nele onde os objetivos educacionais estão descritos. É



crucial que a construção do PPP seja realizada de forma participativa. Participação e construção coletiva exigem gestão democrática, uma gestão não-democrática tende a não priorizar a construção de um PPP que envolva a participação da comunidade escolar e da comunidade local, ou sejam, envolva a participação de todos. Sem construção coletiva o PPP pode passar a ser um mero documento “sem vida”.

Segundo Veiga (2002):

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.

A ausência de um PPP pode comprometer a identidade da escola, possibilitando a desorganização do trabalho pedagógico, onde não haja diretrizes e objetivos comuns a toda comunidade escolar.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (2013, p. 48) “Na elaboração do projeto político-pedagógico, a concepção de currículo e de conhecimento escolar deve ser enriquecida pela compreensão de como lidar com temas significativos que se relacionem com problemas e fatos culturais relevantes da realidade em que a escola se inscreve”.

Nessa perspectiva o PPP vai para além da concepção de um documento formal e obrigatório que a escola deve possuir, ele acaba sendo a materialização de que princípios, diretrizes, visão de mundo e visão de homem, que a escola defende e deseja praticar/contribuir, além de que estratégias pedagógicas ela optou por utilizar para contribuir na educação dos estudantes que a frequentam.

Vale ressaltar ainda nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2013, p. 48), o seguinte trecho:

Assim, cabe à escola, considerada a sua identidade e a de seus sujeitos, articular a formulação do projeto político-pedagógico com os planos de educação nacional, estadual, municipal, o plano da gestão, o contexto em que a escola se situa e as necessidades locais e as de seus estudantes. A organização e a gestão das pessoas, do espaço, dos processos e os procedimentos que viabilizam o trabalho de todos aqueles que se inscrevem no currículo em movimento expresso no projeto político-pedagógico representam o conjunto de elementos que integram o trabalho pedagógico e a gestão da escola [...].

Conforme trecho da DCN citado acima, no PPP é possível observar de que forma o a gestão escolar e o trabalho pedagógico estão sendo planejados e também executados.

Veiga (2002) afirma ainda que:



A principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. Portanto, é preciso entender que o projeto político-pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula, ressaltado anteriormente.

Para garantia do diálogo é necessário à escola planejar estratégias de participação dos atores que a envolve, que em coletividade a comunidade escolar e local possam refletir, planejar, acompanhar e avaliar sobre os itens que integram o PPP.

Sabe-se que há diretrizes que os sistemas de ensino sinalizam para as escolas, mas é essencial que o PPP atenda as demandas da realidade escolar e do contexto local que a escola está inserida, de modo a prover uma educação contextualizada e que atenda as demandas de aprendizagem dos estudantes.

As Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, trazem no item *Como rever o projeto político pedagógico da escola*, a seguinte afirmação:

Adequar a escola para receber seu público atual é torná-la capaz de promover a realização pessoal, a qualificação para um trabalho digno, para a participação social e política, enfim, para uma cidadania plena da totalidade de seus alunos e alunas, fato que conduz à necessidade de se rever o projeto pedagógico de muitas escolas que não se renovam há décadas, tendo sido criadas em outras circunstâncias, para outro público e para um mundo diferente do de nossos dias.

Reconhecendo e afirmando o currículo como “coração que faz pulsar” o trabalho pedagógico na sua multidimensionalidade e dinamicidade, as Diretrizes Curriculares Nacionais (2013), trazem que o PPP deve constituir-se de:

- diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizado no espaço e no tempo;
 - i - concepção sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar;
 - ii - definição de qualidade das aprendizagens e, por consequência, da escola, no contexto das desigualdades que nela se refletem;
 - iii - acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa (SAEB, Prova Brasil, dados estatísticos resultantes das avaliações em rede nacional e outras; pesquisas sobre os sujeitos da Educação Básica), incluindo resultados que compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e/ou que complementem ou substituam.



A DCN traz que “O projeto político-pedagógico, nomeado na LDB como proposta ou projeto pedagógico, representa mais do que um documento. É um dos meios de viabilizar a escola democrática e autônoma para todos, com qualidade social”.

A compreensão de cuidar e educar perpassam pela responsabilidade da finalidade da educação escolar prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), onde o trabalho educativo precisa ser intencional de modo a atender as demandas dos alunos e do currículo escolar, para isso é primordial que o PPP seja elaborado de forma coletiva, garantido a participação de todos e não deixando de saber qual o seu ponto de partida (diagnóstico) e qual as metas e objetivos que se deseja alcançar.

O Programa Roda de Conversa exibido pelo Canal Minas Gerais, exibido em 15/10/2012, teve como tema *Projeto Político Pedagógico*. Participaram como convidados a Dra. Ilma Passos, o Dr. Celso Vasconcelos e a Dra. Ana Lúcia Amaral. Assistindo a entrevista 02 (dois) pontos abordados, em especial por Vasconcelos e por Passos, chamaram atenção.

O primeiro ponto abordado por Vasconcelos, traz que o PPP deve ser composto por 03 (três) componentes básicos/etapas, que podem ser retratados em 03 perguntas que precisam estar presentes na sua estrutura:

- i. Para onde queremos ir?
- ii. Onde estamos?
- iii. O que fazer para chegar lá?

Teríamos então, o marco filosófico (para onde queremos ir?), o marco situacional (onde estamos) e o marco operativo (o que fazer para chegar lá?). Essas perguntas chaves precisam surgir a partir da reflexão coletiva rica de diálogo, participação e reflexão. Segundo Vasconcelos, esse marco filosófico seria a utopia, não trazida como local inalcançável, mas como a clareza na finalidade da educação que desejasse construir.

O segundo ponto, abordado pela Ilma Passos traz o PPP como a identidade da escola, como a carteira de identidade dela. Pode-se afirmar a partir da colocação de Passos, que sendo a escola um espaço coletivo composto por diferentes atores e partindo do ponto que o PPP é a carteira de identidade da escola, sua construção quando realizada de forma não compartilhada tende a gerar o risco “dessa identidade” ser construída de modo incompleto, ou ainda, se assim se pode dizer, há o risco de “crise de identidade da escola”, podendo ocasionar que ela siga caminhos que não sejam os que almejam a maior parte de seus atores.

As escolas têm construído PPPs de forma coletiva? Os professores participam dessa construção? Nesse cenário de pandemia estariam às escolas atualizando seus PPPs para



atender às novas demandas surgidas? Veremos abaixo a resposta dessas indagações a partir da escuta de alguns professores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As 43 (quarenta e três) respostas coletadas entre o período de 05/06/2020 até 23/07/2020, através de formulário construído pela ferramenta Google Forms serão apresentadas 02 (dois) blocos, conforme descrição abaixo.

- i. Identificação do perfil dos entrevistados;
- ii. Indagações sobre Projeto Político Pedagógico.

Abaixo, a exposição dos achados encontrados.

- i. Perfil dos entrevistados

Participaram da pesquisa 43 (quarenta e três) profissionais de 14 (quatorze) municípios, todos atuam no estado de Pernambuco. Dos 43 entrevistados 09 (21%) tem idade entre 26 e 30 anos, 11 (25%) entre 31 e 35 anos, 06 (14%) entre 36 e 40 anos, 08 (19%) entre 41 a 45 anos e 09 (21%) mais de 45 anos. Sendo, 32 (74%) do sexo feminino e 11 (26%) do masculino.

Dos entrevistados 14 (33%) de autodeclararam brancos, 20 (46%) pardo, 08 (19%) preto e 01 (2%) a opção outro. Desses, 30 (70%) trabalham em escola pública e 13 (30%) trabalham em escola privada.

Sendo 13 (30%) que trabalham em escolas de pequeno porte, 21 (49%) de médio porte e 09 (21%) em escolas de grande porte.

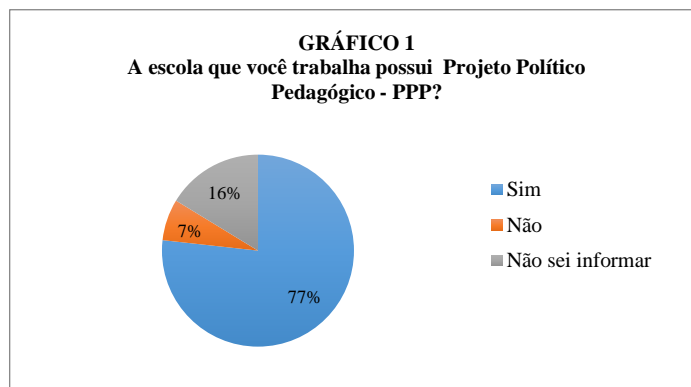
- ii. Indagações sobre Projeto Político Pedagógico

Sobre a decisão da suspensão das aulas presenciais, 42 (98%) dos entrevistados afirmaram que concordam com a suspensão, apenas e 01 (2%) gostaria que as escolas estivessem abertas.

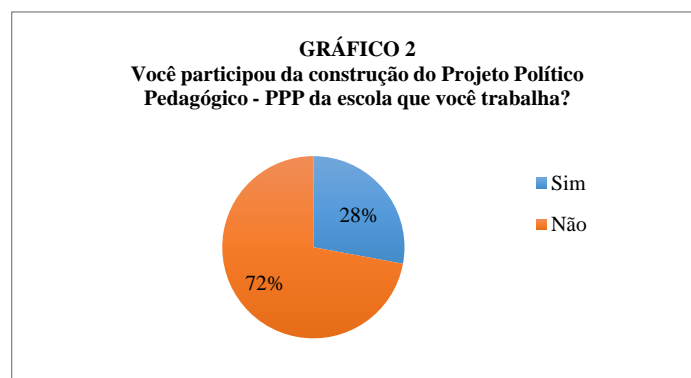
Dos entrevistados 34 (79%) estão ministrando aulas remotas e 09 (21%) não estão ministrando.

Ao serem indagados, se a escola que trabalham possui PPP, 33 (77%) dos entrevistados afirmaram que possui, 03 (7%) que não e 07 (16%) que não sabiam informar de a escola possuía PPP. Percebe-se que mesmo antes da pandemia, algumas escolas não possuíam PPP. Um dado que sobressai se trata do fato de alguns professores não saberem

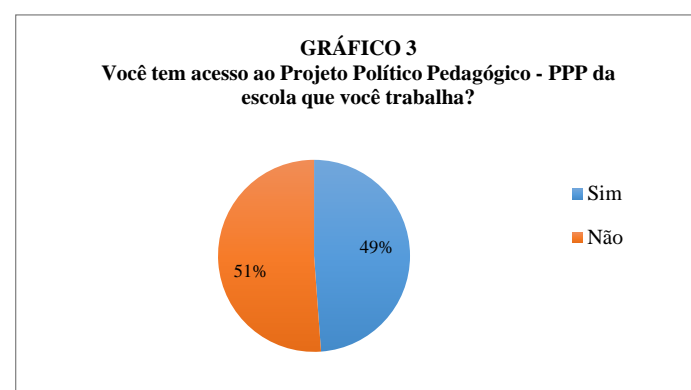
informar se a escola possui PPP, levando a concluir que a problemática não é apenas a ausência de participação dos professores na sua construção, mas também a falta de conhecimento sobre a existência do projeto, conforme mostrado no gráfico abaixo.



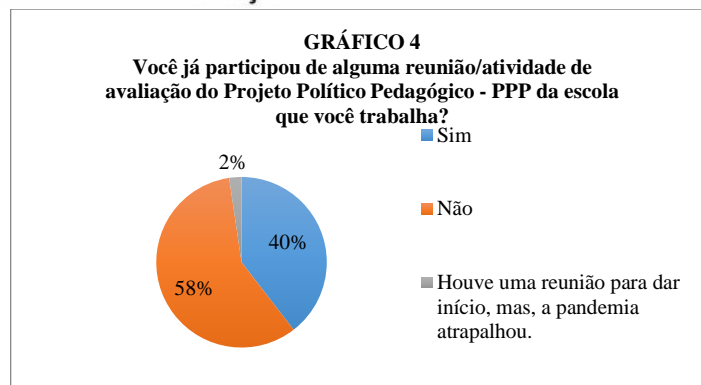
Dos entrevistados 28% participaram da construção do PPP da escola onde atuam, ou seja, 72% (31) dos 43 entrevistados não participaram, esse dado traz indícios que a participação dos docentes precisa ser ampliada.



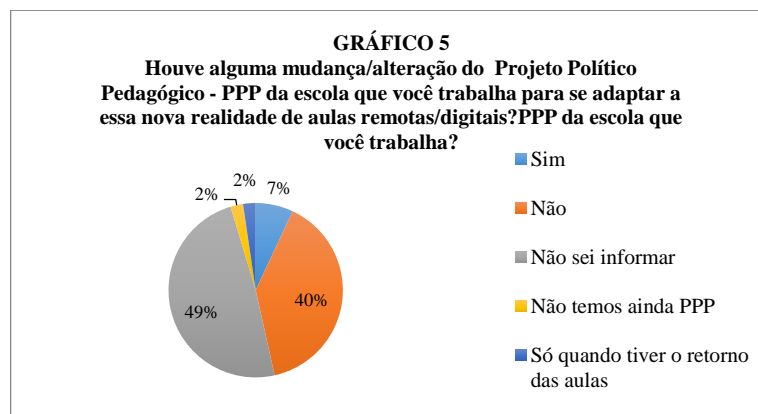
Mais da metade (51%) dos entrevistados afirmaram que não têm acesso ao PPP da escola que trabalha.



O gráfico abaixo mostra que dos docentes ouvidos apenas 40% (17) afirmaram que já participaram de alguma reunião de avaliação do PPP.



Dos 43 professores escutados apenas 03 (7%) afirmaram que houve mudanças no PPP nesse período de pandemia, ou seja, a maioria não teve nenhuma mudança, conforme gráfico abaixo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa dá indícios que a participação dos professores na construção do PPP precisa ser ampliada, já que 72% dos entrevistados informaram que não participaram da construção do projeto, outro indício consiste na afirmação de mais da metade (51%) dos entrevistados informaram que não tem acesso ao PPP da escola onde atuam, ou seja, além de não participarem da elaboração uma parcela dos professores entrevistados também não conseguem acessar o documento. A falta de acesso ao PPP pode dificultar o desenvolvimento do trabalho pedagógico, já que é no PPP onde estão previstos os projetos a serem trabalhados, os objetivos da escola, os conteúdos, a visão de homem, de sociedade e mundo que a escola deseja contribuir na formação, a organização do trabalho pedagógico, entre outros pontos importantes para o fazer educacional diário dos docentes. Outro dado mostra que apesar da adoção das aulas remotas implicaram diretamente em mudanças na organização do trabalho



pedagógico e sendo o PPP o principal instrumento que o disciplina, se observa que apenas 7% dos entrevistados informaram que o PPP foi atualizado neste período de pandemia.

O contexto de pandemia requer a definição e operacionalização de novas estratégias pedagógicas, que precisam ser adequadas ao contexto de cada sistema de ensino, mas também de cada instituição escolar. Essas estratégias precisam ser definidas de forma coletiva, por isso a importância de possibilitar vez, voz e voto aos diferentes atores que integram a comunidade escolar e também a participação da comunidade local.

A construção de um PPP que garanta a participação coletiva é um desafio anterior ao contexto da pandemia, da mesma forma que sua execução e avaliação. No contexto atual, esses desafios se ampliam e acabam exigindo ainda mais dos sistemas de ensino, das instituições escolares e dos profissionais da educação. Em particular, o gestor tem um papel fundamental no direcionamento e incentivo à (re)construção de um PPP, ação intrínseca à prática da gestão democrática no ambiente escolar. O momento exige estudo, troca de experiências, definição de estratégias de avaliação contínua para identificar quais lacunas esse novo cenário de ensino e aprendizagem em tempos de pandemia e de aulas remotas exigem, não apenas dos professores, mas da gestão escolar, da coordenação pedagógica, das famílias, dos estudantes, da comunidade local e dos sistemas de ensino.

Os desafios já eram inúmeros antes da pandemia no que se refere à construção, a execução e a avaliação dos PPPs, hoje outros desafios se agregam aos antes existentes, requerendo ainda mais dedicação no ato complexo que é o fazer pedagógico, mas ato também prazeroso e necessário para a construção de uma sociedade mais justa e mais equânime, e a superação desses desafios será possível a partir de uma construção coletiva que tenha compartilhamento de responsabilidades, que seja construída, avaliada e reavaliada baseada nos princípios da transferência, da qualidade do ensino, da igualdade de oportunidades de acesso e permanência à escola, valorização e apoio aos profissionais da educação, da garantia à educação e à liberdade de aprender e ensinar, que desde 1996 estão explícitas na LDB como princípios da prática de ensino.

Sendo a construção e execução do PPP um tema tão importante na discussão da prática da gestão democrática e do trabalho pedagógico, considerando ainda os achados desta pesquisa visualiza-se a necessidade futura de ampliar essa discussão e pesquisa, não apenas pelo novo normal trazido pelo cenário da pandemia, mas por uma necessidade existente anterior a ela.

A busca pela participação efetiva dos professores em todas as etapas que envolvem o PPP (elaboração, monitoramento e avaliação), requer dos docentes criar possibilidades de



ampliar a discussão sobre a importância dessa participação e incidir na criação de possibilidades de participação, mas é necessário destacar a importância da existência de um gestor que pratique a gestão democrática, sendo sua prática um indício de que o PPP será elaborado de forma coletiva, já que a gestão democrática tem como um dos seus princípios a participação de todos. Além dos desafios internos à instituição escolar há ainda os dos sistemas de ensino que precisam definir diretrizes e acompanhar a elaboração dos PPPs de sua rede e tenham como critérios de avaliação a participação dos professores na sua elaboração. Destacamos ainda que se os achados da pesquisa vislumbram que os docentes não têm participado e acessado o PPP, isso leva a acreditar que a participação dos estudantes, das famílias e da comunidade local seja ainda mais reduzida do que a dos docentes.

Veiga (2002), afirma que “buscar uma nova organização para a escola constitui uma ousadia para os educadores, pais, alunos e funcionários”.

Em suma, acreditamos que a construção participativa de um PPP ainda se trata de um desafio nas escolas públicas e privadas, já que essa construção participativa está relacionada à prática da gestão democrática que é outro desafio no campo educacional, porém acreditamos que esses desafios podem ser superados, mas para isso é necessário reconhecer a importância da gestão democrática e da construção coletiva para o sucesso do trabalho pedagógico, ou seja, é preciso ousar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394/1996. Brasília: Câmara dos Deputados, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em 18 de dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>. Acesso em 01 de set. 2020.

CANAL MINAS SAÚDE. **Roda de Conversa - Tema: Projeto político Pedagógico - Parte 1** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fntnXK-LroY>. Acesso em 20 de jul. 2020.

GADOTTI, Moacir. **O projeto político-pedagógico na escola: na perspectiva de uma educação para a cidadania.** Brasília, 1994. Disponível em:



https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4672890/mod_resource/content/1/PPP%20GADOTTI.pdf. Acesso em 02 de set. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos; DE OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

VASCONCELLOS, CELSO Santos. Projeto político pedagógico. In: **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico** elementos metodológicos para a elaboração e realização. 17 ed. São Paulo: Libertad, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14^a edição, Papirus, 2002.